

Banco Andbank
(Brasil) S.A.
Instituição líder do conglomerado

**Demonstrações financeiras do
conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	3
Balancos patrimoniais do conglomerado prudencial	7
Demonstrações do resultado do conglomerado prudencial	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido prudencial	9
Demonstrações dos fluxos de caixa do conglomerado prudencial	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos
Acionistas e aos Administradores do
Banco Andbank (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa 2.1 – Base de apresentação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2.1 às referidas demonstrações.



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Banco Andbank (Brasil) S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Aquisição do controle acionário

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 – Contexto operacional que descreve que em 08 de Janeiro de 2015 houve a aquisição do controle acionário do Banco. O plano de negócios do novo controlador, que estão descritos na mesma nota explicativa, consideram ações e medidas necessárias para a geração de resultados operacionais positivos e lucros tributáveis futuros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Andbank (Brasil) S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 28 de março de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa 2.1, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e empresas consolidadas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e/ou empresas consolidadas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e empresas consolidadas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e empresas consolidadas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de novembro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Banco Andbank (Brasil) S.A.

Instituição líder do conglomerado

Balancos patrimoniais do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017*(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	2018	2017
Circulante		158.288	57.059
Disponibilidades	3	2.747	896
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	98.323	22.744
Aplicações no mercado aberto		98.323	22.744
Titulos e valores mobiliários	4	15.082	2.840
Carteira própria		7.540	2.696
Vinculados a prestação de garantias		2.859	-
Instrumento financeiro derivativo		4.683	144
Relações interfinanceiras		148	74
Créditos vinculados		148	74
Operações de crédito		695	16.182
Setor público	6	-	276
Setor privado	6	695	15.909
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	7	-	(3)
Outros créditos		21.724	11.226
Rendas a receber	8 a.	2.508	490
Diversos	8 b.	19.216	10.737
Outros valores e bens	10	19.569	3.097
Outros valores e bens		3.101	4.719
Despesas antecipadas		16.496	-
(Provisão para outros valores e bens)		(28)	(1.622)
Realizável a longo prazo		57.568	83.775
Titulos e valores mobiliários	4	32.674	44.916
Carteira própria		49	24.246
Vinculados a prestação de garantias		32.625	20.670
Operações de crédito		-	26
Setor público	6	-	26
Outros créditos		24.894	38.833
Diversos	8 b.	24.894	38.833
Permanente		16.368	17.491
Investimentos		154	152
Participações em controladas		154	152
Imobilizado de uso	11 a.	5.324	5.673
Outras imobilizações de uso		9.074	8.298
(Depreciações acumuladas)		(3.750)	(2.625)
Intangível	11 b.	10.890	11.666
Ativos intangíveis		12.883	12.274
Ágio na aquisição de investimentos		325	460
(Amortizações acumuladas)		(2.318)	(1.068)
Total do ativo		232.224	158.325

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2018	2017
Circulante		32.272	45.969
Depósitos	12	25.520	35.892
Depósitos à vista		10.390	3.642
Depósitos a prazo		15.130	32.250
Relações interdependências	3		3
Outras obrigações		6.749	10.074
Cobrança e arrecadação de tributos	13 a.	1.037	993
Negociação e intermediação de valores	13 c.	1.491	3.921
Fiscais e previdenciárias	13 a.	1.135	801
Diversas	13 b.	3.086	4.360
Exigível a longo prazo		16.715	13.634
Depósitos	12	8.954	734
Depósitos a prazo		8.954	734
Outras obrigações		7.761	12.900
Diversas	13 b.	7.761	12.900
Resultado de exercícios futuros		378	-
Receitas de exercícios futuros		378	-
Patrimônio líquido	16	182.859	98.722
Capital		221.145	136.786
De domiciliados no exterior		221.145	136.786
Reserva de capital		95	95
Ajustes de avaliação patrimonial		137	54
Prejuízos acumulados		(38.518)	(38.213)
Total do passivo e do Patrimônio líquido		232.224	158.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

Banco Andbank (Brasil) S.A.

Instituição líder do conglomerado

Demonstrações do resultado do conglomerado prudencial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e para o semestre findo em 31 dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo líquido por ação)

	Nota explicativa	2o. Semestre	Exercício	
		2018	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		8.118	18.946	28.121
Operações de crédito		158	179	4.890
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4 e.	8.067	18.077	23.100
Resultado de Operações de Câmbio		(107)	690	131
Despesas da intermediação financeira		(908)	(1.572)	(7.806)
Operações de captação no mercado		(908)	(1.574)	(7.621)
Constituição (Reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	-	2	(185)
Resultado bruto da intermediação financeira		7.210	17.374	20.315
Outras receitas/despesas operacionais		(1.604)	(13.711)	(26.415)
Receitas de prestação de serviços	17	10.318	16.367	8.747
Despesas de pessoal	18	(7.206)	(15.774)	(17.159)
Outras despesas administrativas	19	(10.813)	(20.789)	(17.968)
Despesas tributárias		(1.636)	(2.730)	(2.061)
Resultado de investimentos em controladas	23	-	2	3
Outras receitas operacionais	20	9.647	13.427	17.117
Outras despesas operacionais	21	(1.914)	(4.214)	(15.094)
Resultado operacional		5.606	3.663	(6.100)
Resultado não operacional		1.980	5.107	-
Resultado antes da tributação sobre o resultado		7.586	8.770	(6.100)
Imposto de renda e contribuição social		(8.950)	(9.747)	857
Ativo fiscal diferido	9	(8.792)	(9.074)	6.300
Imposto de renda	22	(78)	(291)	(3.380)
Contribuição social	22	(80)	(382)	(2.063)
Prejuízo líquido do semestre / exercício		(1.364)	(977)	(5.243)
Quantidade de ações ordinárias		374.162.690	374.162.690	28.526.971
Prejuízo líquido por ação - R\$		(0,00364)	(0,00261)	(0,18378)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

Banco Andbank (Brasil) S.A

Instituição líder do conglomerado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido prudencial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017		123.286	95	(17)	(32.970)	90.394
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	71	-	71
Aumento de capital	16	13.500	-	-	-	13.500
Resultado do exercício		-	-	-	(5.243)	(5.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		136.786	95	54	(38.213)	98.722
Saldos em 1º de janeiro de 2018		136.786	95	54	(37.541)	99.394
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	83	-	83
Aumento de capital	16	84.359	-	-	-	84.359
Resultado do exercício		-	-	-	(977)	(977)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		221.145	95	137	(38.518)	182.859
Saldos em 1º de julho de 2018		136.786	95	(411)	(37.154)	99.316
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	548	-	548
Aumento de capital	16	84.359	-	-	-	84.359
Resultado do semestre		-	-	-	(1.364)	(1.364)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		221.145	95	137	(38.518)	182.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

Banco Andbank (Brasil) S.A

Instituição líder do conglomerado

Demonstrações dos fluxos de caixa do conglomerado prudencial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º semestre 2018	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício / semestre		(1.364)	(977)	(5.243)
Depreciação e amortização	21	1.177	2.301	1.946
Resultado de investimentos em controladas	23	-	(2)	(3)
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	7	-	(2)	185
(Reversão) Provisão de passivo contingente	14	(5.854)	(5.139)	7.939
Amortização ágio		67	135	213
Atualizações monetárias		(329)	(563)	(561)
Ativo fiscal diferido	9	8.792	9.074	(6.300)
Resultado líquido ajustado		2.489	4.827	(1.824)
Variação de ativos e passivos				
		(12.526)	(10.370)	(26.853)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(14.645)	83	(6.055)
Redução em relações interfinanceiras		(42)	(73)	(20)
Redução (Aumento) em operações de crédito		500	15.515	(3.763)
Aumento em outros créditos e outros valores e bens		(13.874)	(20.870)	(14.977)
Aumento (Redução) em depósitos		14.296	(2.152)	680
Redução em obrigações por operações compromissadas		(191)	-	-
Aumento (Redução) em outras obrigações		1.052	(3.251)	(2.718)
Aumento resultado de exercícios futuros		378	378	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(10.037)	(5.543)	(28.677)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de coligadas		280	-	7
Aquisição de intangível		(549)	(609)	(2.896)
Aquisição de imobilizado		(226)	(777)	(2.895)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(495)	(1.386)	(5.784)
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento				
Aumento de Capital Social	16 a.	84.359	84.359	13.500
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		84.359	84.359	13.500
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		73.827	77.430	(20.961)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício		27.243	23.640	44.601
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercício	3	101.070	101.070	23.640
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		73.827	77.430	(20.961)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional

Em 08 de Janeiro de 2015 foi realizada, após aprovação do Banco Central, a aquisição do controle acionário do Banco Bracce S.A. por Andorra Banc Agrícola Reig S.A. “Andbank”, mudando assim sua denominação de Banco Bracce S.A. para Banco Andbank (Brasil) S.A. O Andbank adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. “Banco” com o objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro.

O grupo Andbank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse seguimento no curto e longo prazo. O Banco está atuando na realização de operações estruturadas e de mercado de capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de registro de operações, custódia, agente de pagamento, conta vinculada, entre outros.

Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. (anteriormente denominada LLA Holding Financeira Ltda.) que detém 99,99% do controle acionário da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (anteriormente denominada LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), passando, portanto, a focar na área de gestão de patrimônio, foco de atuação do controlador do resto do mundo. O Banco está em processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são BackOffice e Front Office, com a criação de um portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário ativado conforme nota explicativa nº 9, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

Em relação a sua controlada indireta Andbank DTVM Ltda, a mesma passou por uma reestruturação operacional, suportada por um plano de negócios formalizado, a qual efetuou a migração de suas atividades operacionais para o seu controlador, o Banco Andbank (Brasil) S.A. Esse plano de negócio já está em vigor, haja vista a transferência dos serviços de intermediação e custódia a partir do dia 2 de abril de 2018 para Banco Andbank (Brasil) S.A.. Vide nota 27 referente a informações adicionais sobre a reestruturação operacional.

Adicionalmente, o Grupo Andbank Brasil assinou em 23 de março de 2018 um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos (“Triar”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018 e possibilitará ao Banco aumentar significativamente os recursos sob sua distribuição (vide nota 9).

2 Apresentação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram elaboradas conforme princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e abrangem em dezembro de 2018 o Banco Andbank (Brasil) S.A. (líder do conglomerado) e sua controlada indireta Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (99,99% de participação da Andbank financeira Ltda.).

As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução CMN nº 4.280 de 31 de outubro de 2013 e Circular do Banco Central nº 3.701 de 31 de março de 2014 que, estabelecem procedimentos para a elaboração, a divulgação e a remessa ao BACEN destas demonstrações.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pela diretoria em 21 de outubro 2019.

2.2 Principais práticas contábeis

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data base das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

2.2.4 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com instrumentos derivativos”. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 4c. destas demonstrações financeiras.

2.2.5 Operações de crédito

As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas “pro rata” com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99.

2.2.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

2.2.7 Imobilizado de uso

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano.

2.2.8 Ativos intangíveis

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

2.2.9 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do exercício. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Administração não reconheceu perdas por “impairment”.

2.2.10 Imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, foram constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal (devido a mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior) e base negativa, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, conforme mencionado pelo inciso II do artigo 1º da Resolução nº 3.355 de 21 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A administração do Banco, baseada em Plano de Negócios, estima lucros tributáveis futuros o que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações fiscais, cujo montante pode ser considerado como suficiente para realização dos créditos tributários.

2.2.11 *Estimativas contábeis*

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

2.2.12 *Despesas antecipadas*

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do exercício é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.2.13 *Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras do conglomerado prudencial, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

2.2.14 *Outros Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

2.2.15 Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado com base nas projeções de resultado anual e submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

2.2.16 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.2.17 Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

2.2.18 Participações no resultado

As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado.

2.2.19 Lucro (prejuízo) líquido por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

2.2.20 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial e a data de autorização para a sua emissão, vide nota 27. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

2.2.21 Alterações de normas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- **CPC 23** - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- **CPC 27** - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- **CPC 33** - Benefícios pago a empregados - homologado pela Resolução 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades	2.396	466
Disponibilidade em moeda estrangeira	351	430
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	98.323	22.744
Total	101.070	23.640

(a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D+1.

4 Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estavam classificados nas categorias “Títulos para negociação” e “Títulos disponíveis para venda”, assim compostos:

a. Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários

	2018			2017		
	Custo atualizado	Valor contábil/mercado (i)	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/mercado	Valor Ajuste a mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria:						
Debêntures	7.194	7.194	-	5.633	5.630	(3)
Vinculados à prestação de garantias (ii):						
Cotas de fundos de investimentos (iii)	2.859	2.859	-	2.696	2.696	-
Subtotal	10.052	10.052	-	8.329	8.326	(3)
Títulos Disponível para venda						
Carteira própria:						
Letras Financeiras do Tesouro	394	395	1	19.676	19.678	2
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	1.636	1.634	(2)
	394	395	1	21.312	21.312	-
Vinculados à prestação de garantias (ii):						
Letras Financeiras do Tesouro	32.489	32.625	136	6.534	6.534	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	11.449	11.440	(9)
	32.489	32.625	136	17.983	17.974	(9)
Subtotal	32.883	33.020	137	39.295	39.286	(9)
Total	42.935	43.073	137	47.624	47.612	(12)

- (i) O valor justo dos títulos e valores mobiliários foram apurados com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e pelos administradores dos fundos de investimento.
- (ii) Os títulos vinculados à prestação de garantias são Títulos Públicos, CDB's e as cotas do fundo de investimento caucionados em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios e de terceiros a título de operações de correspondente bancário.
- (iii) As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do exercício.
- (iv) Em dezembro de 2017 houve a reclassificação das LFTs e NTNs para “títulos disponíveis para venda”, anteriormente classificados como “títulos para negociação”.

b. Diversificação por prazo dos títulos e valores mobiliários

	2018	2017
Sem vencimento	2.859	2.696
A vencer até 360 dias	5.039	-
A vencer acima de 360 dias	35.175	44.916
Total	43.073	47.612

c. Instrumentos financeiros derivativos – Negociação

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A instituição utiliza derivativos com uma perspectiva de baixo risco. Os derivativos são utilizados dentro de um conceito de cobertura local de risco de mercado dos investimentos do grupo no Brasil, não configurando posições especulativas e principalmente seguindo a estratégia global do Grupo Andbank estabelecidas pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo seu economista-chefe.

Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a composição dos instrumentos financeiros derivativos, estava assim apresentada:

	2018			2017	
	Valor Referencial	Valor Patrimonial	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Valor justo
Termo de moedas (NDF)					
Dólar (PTAX) x REAL	213.114	4.917	(234)	4.683	144
Contratos de futuro		Posição	Valor Referencial	Ajuste de posição	Ajuste de posição
Dólar (PTAX)		Compra	213.322	(866)	-
Índice inflação – IPCA		Venda	8.061	-	-

Os contratos de Futuros são registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão e os contratos de NDF são registrados na CETIP.

A operação de NDF e seu hedge, futuro, possuem riscos associados ao descasamento de fluxos, enquanto a operação de futuro possui ajuste diário, o NDF possui apenas o fluxo no vencimento. Adicionalmente, para os contratos futuros, a câmara de liquidação exige o aporte de colaterais para manter as posições abertas.

Assim, a área de riscos do Banco realiza em seu acompanhamento diário, o fluxo de caixa dos próximos 90 dias, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de liquidez. Para o cumprimento da garantia são alocados títulos públicos da própria carteira do Banco que apesar de diminuir a liquidez, o impacto é baixo dado o acompanhamento dos riscos e a solvência da unidade Brasil ser elevada.

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro são registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores” (vide nota 13c). O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 32.625 (R\$ 17.974 em 2017). Os valores referenciais estão registrados em contas de compensação.

d. Diversificação por prazo dos instrumentos financeiros derivativos

	2018	2017
Ativo		
NDF Dolar x Real		
Até 3 meses	4.683	144
Passivo		
Futuros Dolar		
Até 3 meses	(866)	-

e. Resultados reconhecidos de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2º. semestre	2018	2017
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	1.504	2.536	4.453
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	3.590	6.055	7.975
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo - NDF (a)	4.917	4.917	17.809
Resultado sobre contrato de futuro	(1.944)	4.569	(7.136)
Total	8.067	18.077	23.110

(a) O total de ajuste de marcação a mercado, registrado no resultado foi de R\$ (234) (R\$ (338) em 2017).

5 Relações interfinanceiras

Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

6 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	2018	2017
Cédulas de crédito bancário (CCB)	695	16.211
Sub-total operações de crédito	695	16.211
Outros créditos (vide nota 8b)	454	-
Total	1.149	16.211
Operações de crédito no ativo circulante	794	16.185
Operações de crédito no ativo realizável a longo prazo	355	26

b. Diversificação da carteira por vencimento

	2018				2017			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Até 90 dias	702	61,10	-	-	15.959	98,45	-	-
De 91 a 180 dias	42	3,66	-	-	-	-	-	-
De 181 a 360 dias	50	4,35	-	-	226	1,39	-	-
Acima 360 dias	355	30,90	-	-	26	0,16	-	-
Total	1.149	100,00	-	-	16.211	100,00	-	-

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	2018		2017	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor público:				
Outros serviços	-	-	302	1,86
Setor privado:				
Outros serviços	454	39,53	210	1,30
Pessoas físicas	695	60,47	15.699	96,84
Total	1.149	100,00	16.211	100,00

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	2018		2017	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior devedor	677	58,92	15.699	96,84
Demais devedores	472	41,08	512	3,16
Total	1.149	100,00	16.211	100,00

e. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	%	2018		2017	
		Curso normal	Vencidas	Total da carteira	Provisão
AA	-	1.131	-	1.131	-
A	0,5	1	-	1	-
B	1,0	17	-	17	-
Total		1.149	-	1.149	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram registradas baixas de crédito para prejuízo (2017 – R\$ 271) e não foram renegociadas operações de crédito (2017 – R\$ 299).

7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	2018	2017
Saldo Inicial	3	89
Constituição de provisão	-	191
Reversão de Provisão	(3)	(6)
Credito baixado para prejuízo	-	(271)
Total	-	3

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

	2018	2017
Comissões e Corretagens a receber (a)	2.508	490
Total	2.508	490
Ativo circulante	2.508	490

(a) Refere-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos.

b. Diversos

	2018	2017
Créditos Tributários (nota 9)	23.667	32.068
Devedores por depósito em garantia (b)	13.923	12.955
Partes relacionadas - Valores a receber empresas do grupo (nota 15)	3.821	3.629
Títulos e créditos a receber	1.080	-
Impostos e contribuições a compensar (a)	924	480
Outros créditos (nota 6)	454	-
Devedores diversos	196	376
Outros	45	61
Total	44.110	49.570
Ativo circulante	19.216	10.737
Ativo realizável a longo prazo	24.894	38.833

- (a) Refere-se a valores de impostos e contribuições antecipados em exercícios anteriores para os quais a compensação será realizada de acordo com a legislação tributária vigente.
- (b) Refere-se substancialmente a um depósito cível de cumprimento provisório de aproximadamente R\$ 12.925 (2017 – R\$ 12.578).

9 Créditos tributários

Em consonância com a resolução 3.059/02 e alterações posteriores com a resolução 3.355/06, emanada pelo CNM, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil somente podem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições (redação dada pela Resolução nº 3.355/06):

- I Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência;
- II Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

O Banco está em fase de conclusão do processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são Back Office e Front Office, com a criação de um portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

Adicionalmente, em julho de 2017, o Banco aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) para o pagamento de um processo da Receita Federal com relação às dívidas referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido referentes ao biênio 2009 – 2010, época na qual o Banco ainda não era controlado pelo Andbank.

Em decorrência da lei 13.496/17 de 24 de outubro de 2017, os valores de desconto e utilização do crédito tributário dependerão da validação por parte da Receita Federal do Brasil de todo o processo. Em dezembro de 2018, o Banco realizou a consolidação do programa através do consumo de R\$ 31.356 de base negativa da Contribuição Social, acarretando na utilização de R\$ 6.271 do crédito tributário.

Adicionalmente, o Grupo Andbank Brasil assinou em 23 de março de 2018 um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos (“Triar”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018 e possibilitará ao Banco aumentar significativamente os recursos sob sua distribuição. A Triar também desenvolve atividades de gestão de patrimônios, consultoria financeira e distribuição de ativos financeiros para clientes de alta renda e recebeu ao longo de 2018 o montante de R\$ 14.444, referente a sign bônus de exclusividade com o Banco. Vale destacar, que o acordo operacional está alinhado com o plano de negócios global do Banco no que tange a parceria com empresas que prestam serviços de gestão de carteiras de investimentos.

Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco e sua controlada e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo 31/12/2018
Adições temporárias				
Provisão Contingência Trabalhista	356	-	(14)	342
Provisão Devedores Duvidosos	698	-	(680)	18
Processos Cíveis	2.520	172	-	2.692
Outras adições temporárias	77	-	(6)	71
Ajuste Valor de Mercado (TVM) - Positivo	(405)	-	23	(382)
Ajuste Valor de Mercado (TVM) - Negativo	351	-	(19)	332
Ágio	96	43	-	139
Ajuste Valor de Mercado (NDF)	-	94	-	94
Prejuízo fiscal compensável e base negativa	28.375	-	(8.014)	20.361
Total	32.068	309	(8.710)	23.667

A previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 0,2% no 1º ano, 0,5% no 2º ano, 2,0% no 3º ano, 4,9% no 4º ano, 7,7% no 5º ano, 11,5% no 6º ano, 15,7% no 7º ano e 20,5% no 8º, 18,1% no 9º ano e 19,1% no 10º ano.

Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada a taxa Selic, em 31 de dezembro de 2018, o valor presente é de R\$ 14.335 (2017 - R\$ 22.327).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o Banco possui o montante de R\$ 23.667 ativado referente ao crédito tributário (R\$ 32.087 em 2017). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o Banco não possui crédito tributário não ativado.

10 Outros valores e bens

Em 2018, referem-se, principalmente, ao *sign* bônus de exclusividade pagos a Triar (nota 9) no montante de R\$ 14.444. Em 2017, referem-se, substancialmente a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis, terrenos e veículos recebidos em dação de pagamento.

11 Permanente

a. Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação	2018			2017
		Imobilizado	Dep. acumulada	Total	Total
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	4.503	(1.144)	3.359	3.505
Equipamentos de informática/comunicação	10%	4.328	(2.447)	1.881	1.923
Veículos	10%	140	(131)	9	149
Equipamentos de segurança	20%	103	(28)	75	96
Total		9.074	(3.750)	5.324	5.673

b. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	2018			2017
		Intangível	Amort. acumulada	Total	Total
Átivos intangíveis (a)	10%	12.883	(2.318)	10.565	11.206
Ágio na aquisição de investimentos (b)	20%	673	(348)	325	460
Total		13.556	(2.666)	10.890	11.666

(a) Refere-se ao custo de transformação tecnológica do banco, para configuração e parametrização inicial, desenvolvimento e execução dos testes individuais e integrados dos novos sistemas.

(b) No consolidado, refere-se ao ágio, baseado em expectativa de rentabilidade futura, da aquisição da Andbank Financeira Ltda. - conforme nota 23.

12 Depósitos

a. Composição por vencimento

Vencimentos	2018			2017	
	À vista	A prazo		Total	Total
		ñ ligadas	ligadas		
Sem vencimento	10.390	-	-	10.390	3.642
Até 30 dias	-	66	-	66	1.178
De 31 a 60 dias	-	103	-	103	15.997
De 61 a 90 dias	-	207	-	207	389
De 91 a 180 dias	-	564	-	564	454
De 181 a 360 dias	-	3.903	10.287	14.190	14.232
Acima de 360 dias	-	8.229	725	8.954	734
Total	10.390	13.072	11.012	34.474	36.626
Passivo circulante				25.520	35.892
Passivo exigível a longo prazo				8.954	734

b. Composição por segmento de mercado

Composição	2018			2017
	À vista	A prazo	Total	Total
Entidades ligadas	1.154	11.012	12.166	1.693
Governo	571	-	571	20
Pessoas físicas	6.870	8.597	15.467	17.653
Pessoas jurídicas	1.795	4.475	6.270	17.260
Total	10.390	24.084	34.474	36.626

c. Concentração por depositantes

Concentração	2018			2017
	À vista	A prazo	Total	Total
10 maiores	4.667	20.990	25.657	36.014
50 seguintes	5.722	3095	8.817	612
Total	10.389	24.085	34.474	36.626

13 Outras obrigações

a. Fiscais, previdenciárias e cobrança e arrecadação de tributos

	2018	2017
Impostos e contribuições a recolher	2.172	1.794
Total	2.172	1.794
Passivo circulante	2.172	1.794

b. Diversas

	2018	2017
Provisão para passivos contingentes (nota 14)	7.761	12.900
Despesas de pessoal	1.583	3.453
Fornecedores	729	410
Valores a pagar partes relacionadas (nota 15)	39	-
Credores diversos	524	300
Aquisição de Bens	-	198
Outros	211	-
Total	10.847	17.260
Passivo circulante	3.086	4.360
Passivo exigível a longo prazo	7.761	12.900

c. Negociação e intermediação de valores

	2018	2017
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar (nota 4c)	866	3.820
Comissões e corretagens a pagar	566	101
Outros	59	-
Total	1.491	3.921
Passivo circulante	1.491	3.921

14 Contingências

Movimentação dos processos

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	Fiscais (i) (iv)	Cíveis (ii)	Trabalhistas (iii)	Total
Saldo inicial 01/01/2018	6.511	5.600	789	12.900
Movimentação do semestre refletida no resultado	(6.334)	1.129	66	(5.139)
Atualização / encargos	6	942	71	1.019
Constituição	-	335	238	573
Reversão	(6.340)	(148)	(243)	(6.731)
Saldo Final 31/12/2018	177	6.729	855	7.761
Pagamentos	-	140	302	442
Depósito em garantia de recursos em 31/12/2018				13.923

- (i) Refere-se a uma obrigação legal decorrente do questionamento da base de cálculo de INSS, no montante de R\$ 39 (R\$ 37 em 2017), e de base de ISS no montante de R\$ 137 (R\$ 130 em 2017). Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.
- (ii) Refere-se principalmente a ação cível movida contra o Banco, que objetiva discutir uma operação de crédito. Os assessores jurídicos do Banco classificam a expectativa de perda como provável.
- (iii) Refere-se a ações trabalhistas movidas contra o Banco, que objetivam discutir paridade aos direitos de bancários. Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.
- (iv) Reversão no montante de R\$ 6.340 devido a dívida perante a Receita Federal do Brasil. Em julho de 2017, o Banco aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT – Lei 13.496/2017 e IN 1.752). Em dezembro de 2018, o Banco realizou a consolidação do programa através do consumo de R\$ 31.356 de base negativa da Contribuição Social, acarretando na utilização de R\$ 6.271 do crédito tributário.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.

Processos relacionados à Correspondente Bancário: no contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do Banco, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o Banco for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, isto é, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, o risco financeiro da contingência para o Banco é remoto. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco e sua controlada possuem outras contingências avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, conforme quadro:

	2018	2017
Cíveis	5.355	5.960
Trabalhistas	2.290	7.120
Fiscais (a)	12.543	12.076
Total	20.188	25.156

- (a) Representado substancialmente por disputas com o Município de São Paulo, abrangendo ação anulatória de débito fiscal, auto de infração e execução fiscal.

15 Partes relacionadas

O Banco possuía como controladora direta a Andbank (Brasil) Holding Ltda. e indireta o Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os acionistas possuíam outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas do Banco por possuírem controle em conjunto, sendo elas:

- Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.
- Andbank Participações Ltda.
- Andbank Wealth Participações Ltda.
- APW Consultores Financeiros Ltda.

Em 2019 o Grupo Andbank no Brasil passou por uma reestruturação societária, conforme mencionado na nota 27.

São consideradas pessoas chaves do Banco sua diretoria executiva e os mesmos receberam de remuneração o montante de R\$ 880 em 2018 (R\$ 485 em 2017).

As demais entidades que não possuem controle em conjunto e que pertencem ao grupo econômico são: Andbank Bahamas, AndPrivate Wealth S.A. e Andbank Luxemburgo.

O Banco individual manteve no exercício saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, conforme apresentado no quadro a seguir:

	2018		2017	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber	70	105	6	92
Valores a pagar	-	(2)	-	(1)
Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber	580	859	134	706
Valores a pagar	(34)	(539)	-	(7)
Andorra Banc Agricol Reig S.A.				
Deposito em moeda estrangeira	352	-	430	-
Instrumento Financeiro Derivativo	4.683	4.683	144	17.809
Valores a receber	2.037	3.107	3.002	3.002
Andbank DTVM Ltda.				
Valores a receber	22	533	298	3.469
Valores a pagar	(27)	(411)	(5)	(1.192)
Andbank Bahamas				
Valores a receber	-	129	10	137
AndPrivate Wealth S.A.				
Valores a receber	46	438	119	465
Andbank Luxemburgo				
Valores a receber	1.081	589	393	393
APW Consultores Financeiros				
Depósito à vista	(1.129)	-	1.693	-
Andbank Yield FIM Credito Privado Longo Prazo				
Depósito à prazo	(10.287)	(287)	-	-
Pessoas físicas				
Depósito à vista	(24)	-	-	-
Depósito à prazo	(725)	(4)	-	-
Total Instrumento Financeiro Derivativo	4.683	4.683	144	17.809
Total a receber - Outros Créditos Diversos	3.837	5.761	3.962	8.264
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	(61)	(952)	(5)	(1.200)
Total Depósito à Vista	(1.154)	-	1.693	-
Total Depósito à Prazo	(11.011)	(291)	-	-

Conforme legislação em vigor, a Companhia não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

16 Patrimônio líquido do Banco (instituição líder)

a. Capital Social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 está composto por 374.162.690 (200.197.809 em 2017) ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 21 de março de 2017 foi deliberado o aumento do capital do Banco Andbank no valor de R\$ 13.500 com emissões de 26.013.867 novas ações. Em 31 de março de 2017 ocorreu a homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de outubro de 2018 foi deliberado o aumento do capital do Banco Andbank no valor de R\$ 84.359 com emissões de 173.964.881 novas ações. Em 8 de novembro de 2018 ocorreu a homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil.

b. Reserva de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c. Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no semestre em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

17 Receitas de prestação de serviços

	2º. Semestre	Exercício	
	2018	2018	2017
Remuneração operação estruturada (a)	2.912	5.791	4.330
Rendas de intermediação	6.938	9.765	3.450
Rendas de serviços de custódia	433	772	-
Rendas de garantias prestadas	34	34	-
Tarifas bancárias	1	5	22
Rendas de outros serviços	-	-	945
Total	10.318	16.367	8.747

(a) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito.

18 Despesas de pessoal

	2º.semestre	Exercício	
	2018	2018	2017
Proventos	(3.780)	(8.773)	(10.620)
Encargos Sociais	(1.655)	(3.521)	(3.429)
Benefícios	(1.155)	(2.162)	(2.378)
Pró- labore	(452)	(999)	(470)
Remuneração de estagiários	(143)	(279)	(193)
Treinamento	(18)	(40)	(69)
Total	(7.206)	(15.774)	(17.159)

19 Outras despesas administrativas

	2º.semestre	Exercício	
	2018	2018	2017
Serviços técnicos especializados (b)	(2.099)	(5.027)	(7.152)
Processamento de dados	(3.210)	(5.856)	(4.651)
Serviços do sistema financeiro (a)	(2.958)	(4.534)	(1.891)
Aluguéis	(649)	(1.264)	(1.178)
Serviços de terceiros	(371)	(1.090)	(451)
Comunicações	(526)	(1.008)	(918)
Publicação	(7)	(100)	(117)
Viagens	(146)	(215)	(131)
Transporte	(54)	(78)	(52)
Outras	(793)	(1.617)	(1.427)
Total	(10.813)	(20.789)	(17.968)

(a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados de gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.

(b) Refere-se basicamente a serviços prestados por assessoria jurídica.

20 Outras receitas operacionais

	<u>2º.semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	2018	2018	2017
Reversão de provisões operacionais (c)	6.981	8.871	1.965
Exportação (a)	1.456	3.107	3.061
Variações monetárias ativas	329	563	360
Interbancária	1	5	6
Recuperação de despesas (b)	4	4	11.474
Outras receitas operacionais	875	877	251
Total	9.647	13.427	17.117

- (a) Rendas decorrente de operações de Finder Fee e SLA.
- (b) Refere-se substancialmente a despesas pagas pelo Banco Andbank e pela Andbank DTVM e que foram reembolsadas pela matriz.
- (c) Refere-se a contrato firmado com a matriz sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria.

21 Outras despesas operacionais

	<u>2º.semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	2018	2018	2017
Amortizações e depreciações	(1.244)	(2.436)	(2.159)
Atualização de provisão fiscal, cível e trabalhista (nota14) (c)	(482)	(1.200)	(22)
Reversão de depósitos judiciais (a)	-	(304)	(695)
Interbancária	(10)	(35)	(34)
Despesa com operação descontinuada (b)	-	-	(476)
Variação monetária passiva	(19)	(20)	(2.223)
Outras	(159)	(192)	(9.485)
Total	(1.914)	(4.214)	(15.094)

- (a) Refere-se a baixa de depósitos judiciais.
- (b) Refere-se a despesa pela rescisão contratual com a Nu Pagamentos.
- (c) Refere-se principalmente as atualizações monetárias dos processos contingenciais.

22 Imposto de renda e contribuição social

	<u>Imposto de renda Individual</u>		<u>Contribuição social Individual</u>	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes da tributação	8.770	(6.100)	8.770	(6.100)
Efeitos das adições/exclusões				
Adições permanentes	348	5.616	348	5.616
Adições temporárias	1.665	3.078	1.665	2.300
Exclusões temporárias	(8.202)	(330)	(7.412)	(330)
Exclusões definitivas	(642)	(496)	(642)	(496)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	1.939	1.768	2.729	990

	Imposto de renda Individual		Contribuição social Individual	
	2018	2017	2018	2017
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(582)	(560)	(819)	(323)
Ativo fiscal diferido	439	2.236	8.635	4.064
Base de cálculo	1.357	1.208	1.910	667
Alíquotas efetivas:				
Imposto de renda corrente - (15% + 10% adicional)	291	295	-	-
Contribuição social corrente - 20%	-	-	382	151
Programa especial de regularização tributária (a)		3.085	-	1.912
Resultado do imposto de renda e contribuição social	291	3.380	382	2.063

- (a) Em julho 2017, o Banco aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT – Lei 13.496/2017 e IN 1.752) perante a Receita Federal do Brasil. Nesse processo, foi reconhecida a dívida de R\$ 4.998 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social.

23 Participações em Controladas

O valor do investimento de R\$ 154 (R\$ 152 em 2017) representa a parcela residual do investimento na controlada direta Andbank Financeira Ltda, representado pelo patrimônio líquido em 31/12/2018 de R\$ 870 (R\$ 334 em 2017) descontada do valor do patrimônio líquido da controlada indireta, eliminada para fins de consolidação prudencial, Andbank DTVM, no valor de R\$ 716 (R\$ 181 em 2017).

Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da Andbank DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil e no estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura. No consolidado, o saldo do ágio, incluindo sua amortização, está apresentado na nota 11b. como intangível.

A controlada Andbank Financeira Ltda. através da Andbank DTVM “Distribuidora”, concentra suas operações na distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, na administração de carteiras, e opera no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários por conta de terceiros. Possui como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, incluindo a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a prática de operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e a prestação de serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais. Abaixo apresentamos um resumo das informações contábeis da controlada:

Saldos de Balanço em 31.12.2018	Andbank Financeira 2018	Andbank DTVM 2018
Disponibilidade	-	362
Títulos e Valores Mobiliários	155	-
Outros Créditos	-	450
Outros Valores e Bens Permanente	-	9
	<u>717</u>	<u>77</u>
Total do Ativo	<u>871</u>	<u>898</u>
Outras Obrigações	1	182
Patrimônio Líquido	<u>870</u>	<u>716</u>
Total do Passivo	<u>871</u>	<u>898</u>
	Andbank Financeira 2018	Andbank DTVM 2018
Demonstrações dos Resultados em 31.12.2018		
Receitas com intermediação financeira	9	535
Resultado com títulos e valores mobiliários	9	535
Resultado de Investimento	534	-
Outras receitas/despesas operacionais	(5)	326
Receitas de prestação de serviços	-	1.496
Despesas de pessoal	-	(427)
Despesas administrativas	(6)	(512)
Despesas tributárias	-	(247)
Outras receitas operacionais	1	11
Resultado operacional	538	774
Resultado não operacional	-	-
Resultado antes da tributação sobre o resultado	538	774
Imposto de renda e contribuição social	(1)	(238)
IR e CS	(1)	(238)
Lucro líquido do exercício	537	535

24 Outras informações

- a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN)/ que versa sobre o Acordo de Basiléia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basiléia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194, ambas de 1 de março de 2013, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituam nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

Em 08 de Janeiro de 2015 o Andbank adquiriu 100% das ações do Banco. Com isso a Andbank DTVM Ltda. e o Banco passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Sendo assim, a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13, o Banco passa a informar as posições consolidadas. Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia do Banco Prudencial é de 80,8% (27,9 em 2017).

	2018	2017
Capital Principal antes das deduções	222.317	137.875
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	69.669	74.354
Patrimônio de Referência (PR)	152.648	63.521
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	136.354	42.467
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	16.294	21.054

- b.** O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, registrados em contas de compensação, no montante de R\$ 141.931 (R\$ 327.546 em 2017).
- c.** A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) publicada em 22 de maio de 2015, foi convertida na Lei 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019. Os créditos tributários constituídos em 31 de dezembro de 2018, sobre a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias, foram constituídos sobre a alíquota de 15%.
- d.** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para revisão das demonstrações financeiras e auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não prestou outros serviços ao Banco e às instituições integrantes do Consolidado que não o de auditoria independente.

25 Estrutura de gerenciamento de riscos

Gerenciamento do risco operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17.

Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional. Independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos.

Gerenciamento do risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial;
- Taxas de juros;
- Preços de ações;
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

Gerenciamento do risco de crédito

Busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável. O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e pela Diretoria do Banco.

Gerenciamento do risco de liquidez

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 2.804, de 21 de dezembro de 2000.

O risco de liquidez é monitorado diariamente através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os relatórios referentes a risco operacional e de mercado encontram-se à disposição na sede do Banco.

26 Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

27 Eventos subsequentes

- Conforme Ata da assembleia geral extraordinária de 15 de fevereiro de 2019, a Administração do Banco Andbank aprovou a incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda., na data base de 30 de junho de 2018.

Em decorrência da incorporação, capital social foi aumentado em R\$ 571 passando o capital social dos atuais R\$ 221.145 para R\$ 221.716, mediante a criação de 1.150.680 (um milhão, cento e cinquenta mil e seiscentos e oitenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Andorra Banc Agricol Reig S.A., o qual passou a ser o único acionista do Banco. O processo de incorporação foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2019.

A seguir demonstramos os valores de incorporação referente a data base de 30 de junho de 2018 e de variações patrimoniais até a data de aprovação da incorporação em 15 de fevereiro de 2019:

	30.06.2018	15.02.2019
Disponibilidade	92	389
Títulos e Valores Mobiliários	385	(385)
Outros Créditos	95	5
Permanente	3.411	(101)
Total do Ativo	3.983	(92)
Outras Obrigações	-	(1)
Patrimônio Líquido	3.982	(91)
Total do Passivo	871	898

- Conforme 35ª. Alteração do Contrato Social, realizada em 15 de fevereiro de 2019, a Administração da Andbank DTVM aprovou a incorporação da sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., na data base de 30 de junho de 2018.

Em decorrência da incorporação, capital social foi aumentado em R\$ 155 passando o capital social dos atuais R\$ 940 para R\$ 1.095, mediante a criação de 20.309.013 (vinte milhões, trezentos e nove mil e treze) novas quotas idênticas as atuais de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma. Após o processo de incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A., O processo de incorporação foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2019.

A seguir demonstramos os valores de incorporação referente a data base de 30 de junho de 2018 e de variações patrimoniais até a data de aprovação da incorporação em 15 de fevereiro de 2019:

	30.06.2018	15.02.2019
Disponibilidade	-	152
Títulos e Valores Mobiliários	156	(156)
Outros Créditos	-	3
Total do Ativo	156	(1)
Outras Obrigações	1	(1)
Patrimônio Líquido	155	-
Total do Passivo	156	(1)

- Em julho de 2019, o Andbank assinou um acordo operacional de exclusividade com a Capital Investimentos, casa independente que faz distribuição de fundos há mais de 20 anos e reúne cerca de R\$ 3 bilhões em gerenciamento de ativos. Com o fechamento do acordo o Banco aumentará significativamente os recursos sob sua distribuição. Até setembro 2019, a Capital recebeu o montante de R\$ 4.809.